

A ideia de “Estados Unidos da Europa” no Pós-Primeira Guerra: ecos na opinião pública portuguesa

António Martins da SILVA

Univ. Coimbra – C.H.S.C.

A ideia de Europa unida não foi o mero produto de precariedades económico-sociais e de arranjos político-estratégicos do pós-segunda guerra. Foi uma permanência multissecular, com fases de maior ou menor relevância e com projecções geográficas diversificadas. Mas só no século XX, após a tomada da consciência da imensidão e do absurdo da catástrofe material e moral da guerra de 14-18, houve a percepção clara de que um empreendimento ousado, que mobilizasse as sensibilidades à escala colectiva e comprometesse os poderes políticos pela via do diálogo e da concertação, era indispensável para evitar uma nova hecatombe, previsivelmente mais destruidora do que as anteriores, e para neutralizar a possibilidade de novas tentativas imperiais por parte de potências europeias com pretensões hegemónicas sobre o martirizado continente.

Os anos que se sucederam imediatamente aos tratados de paz preparados pela Conferência de Paris de 1919 não pacificaram a Europa. Um clima de desconfiança e de ressentimento envenenava as relações entre as potências europeias, em particular entre a França e a Alemanha: a ocupação do Ruhr em princípios de 1923, como reacção daquele país aos

atrasos nos pagamentos devidos por este em virtude das reparações a que foi sujeito, nada mais fez que agravar este estado de intensa animosidade. Todavia, a partir de 1924, a convergência de vários factores — entre os quais há que destacar a ocorrência de um ciclo de crescimento económico e a chegada ao poder de personalidades políticas favoráveis à cooperação entre os povos — vai contribuir para uma certa distensão das relações internacionais. Em França e na Alemanha os respectivos ministros dos negócios estrangeiros, Aristide Briand e Gustav Stresemann, empenham-se denodadamente na aproximação das relações entre os dois Estados. Desde então, vários planos e pactos foram celebrados: o plano Dawes, em 1924, que reduz para os anos subsequentes o montante das reparações sem modificar o seu valor total; o pacto de Locarno, em 1925, que obtém da Alemanha o reconhecimento das suas fronteiras ocidentais e o compromisso de cumprimento das disposições do tratado de Versalhes, e que favorece, no ano seguinte, a entrada deste país na SDN; o pacto Briand-Kellogg, em 1928, que condena o recurso à guerra como meio de resolução dos atritos entre os Estados; e o plano Young, em 1929, que reduz o montante total das reparações pagas pela Alemanha e faseia o seu pagamento até 1988.

Ora, é neste clima de prosperidade efémera e de frágil apaziguamento que vão florescer numerosas manifestações de unidade e de cooperação europeias: movimentos militantes (a “Pan-Europa” de Coudenhove-Kalergi, os “Estados Unidos das nações europeias” do Dr. Heerfordt), iniciativas práticas (os planos de “união aduaneira europeia”, a partir de 1925, com organismos representativos em diversos países, e os comités de cooperação europeia, entre os quais sobressai o Comité Mayrisch, fundado em 1926, ligado à criação do Cartel do Aço, antepassado privado da futura CECA) e uma tentativa institucional de união europeia no quadro da SDN (o plano Briand de 1929-30). Desta miríade de movimentos, de projectos e de iniciativas que deram corpo e alma à ideia de Estados Unidos da Europa no período de entre-as-duas-guerras destacam-se, pela sua projecção internacional e pelas suas repercussões políticas, dois ambiciosos planos: a

cruzada em favor da Pan-Europa que conduziu à realização do imponente congresso de Viena em 1926; e o memorando sobre a organização de um «laço federal» europeu, que teve origem na proposta de Briand de 1929 e de que resultou a constituição e funcionamento de uma Comissão de Estudos para a união europeia.

Dos ecos, das atitudes e do significado da ideia de Estados Unidos da Europa na opinião pública em Portugal durante a década de 20, que teve na Pan-Europa a mais eloquente expressão, trataremos no presente trabalho. Reservamos para outro estudo a análise e evolução do plano Briand e o posicionamento português sobre o mesmo.

A vaga de europeísmo que caracterizou os anos 20 começa verdadeiramente em 1923 quando, na sequência das desilusões da «paz armada» do pós-guerra, se tornou claro para muitos espíritos que a organização internacional criada para impedir a guerra, a SDN, se revelava cada vez mais impotente para garantir a paz e dirimir os atritos crescentes entre os Estados europeus. De todos os movimentos e organismos favoráveis à unidade europeia, que se manifestaram depois da guerra, o mais relevante, pela precocidade do seu envolvimento activo, pelo seu total idealismo e militantismo místico, foi, como já se referiu, a Pan-Europa de Coudenhove-Kalergi. Símbolo personificado dum cosmopolitismo cultural, nascido em Tóquio, filho de pai austríaco e de mãe japonesa, criado em Viena, tornado cidadão checo em 1919, naturalizado francês em 1939, exilado na América durante a segunda guerra, o conde Richard Coudenhove-Kalergi publicou em 1923 um livro intitulado *Pan-Europa* e fundou no ano seguinte em Viena um movimento com o mesmo nome. Justificou a necessidade da união da Europa como meio de garantir para esta o seu prestígio e o seu papel de líder nos destinos do mundo, evitar o expansionismo soviético e a dominação económica americana, impedir em suma a possibilidade de uma nova e mais destruidora conflagração. Defendia uma confederação europeia com base no modelo suíço, constituída por Estados democráticos, sem a Inglaterra nem a Rússia, com respeito pela igualdade dos seus membros e

pelas respectivas identidades e minorias, tendo como órgãos centrais um Conselho federal e uma Assembleia Parlamentar, compostos por delegados dos Estados e dos Parlamentos nacionais, respectivamente, e um Tribunal de Justiça para resolver litígios. Previa o seu plano de Estados Unidos da Europa uma cidadania comum, uma união aduaneira, uma moeda única, uma aliança militar e uma valorização comum das colónias europeias. Para a sua consecução preconizava quatro etapas: realização de uma conferência, conclusão de um tratado de arbitragem entre os Estados, criação de uma união aduaneira e elaboração de uma constituição. Mas para que tal projecto pudesse chegar a bom termo entendia que era indispensável um esforço pedagógico de sensibilização colectiva; e nesse sentido difundiu em 1924 um «Manifesto europeu» e, em seguida, uma «Carta aberta aos parlamentares franceses», e pouco depois, em Outubro de 1926, é realizado um congresso pan-europeu em Viena, ao qual compareceram 2000 delegados vindos de 24 países europeus, nos quais se contavam muitos dos que representavam a nata da elite política e intelectual da Europa. Com efeito, foi nos meios intelectuais que o pan-europeísmo obteve mais apoios e entusiasmos (Paul Valéry, Thomas e Heinrich Mann, Rilke, Stefan Zweig, Ortega y Gasset, Freud, Einstein...); mas esta popularidade junto das elites pensantes não era correspondida por um interesse efectivo por parte dos responsáveis políticos e diplomáticos europeus e contrastava com o desconhecimento e a notória indiferença junto do grande público.

Apóstolo fervoroso de uma ideia nova, cruzado místico na demanda de um ideal generoso, profeta visionário advertindo para o perigo de uma batalha feroz entre a «a barbárie e a cultura», pregou no deserto uma utopia contra tudo e contra todos os que ostensiva ou polidamente se lhe opunham. Uma utopia visionária e ingénua? «A história do mundo tem mais fantasia que as suas marionetas; compõe-se de uma sequência de surpresas e de utopias realizadas» — escreveu Coudenhove-Kalergi em 1923 no seu livro *Pan-Europa*. Todavia, os ecos das suas ideias e actuações atravessaram amplamente as fronteiras e suscitaram uma vaga de referências e de

reflexões, de apoios e de contributos, de comentários e de rejeições. Também em Portugal.

É por oposição ao «nacionalismo estreito» e em defesa da democracia republicana que, depois da guerra, ganha expressão em Portugal a afirmação do internacionalismo como método pacífico para o funcionamento orgânico das sociedades humanas. Ao contrário da acusação movida pelos integralistas, o internacionalismo implícito na democracia não é, escreve Raul Proença, «a negação pura e simples das nacionalidades, mas a criação de uma consciência, duma vontade e dum direito supra-nacionais que ponham termo ao estado de guerra entre as nações». Para este autor, democracia não é necessariamente sinónimo de internacionalismo, entendido aqui na sua forma federal, mas uma e outro podem perfeitamente coexistir e conciliar-se: «Pode-se ser democrata, e ao mesmo tempo tão patriota como os mais patriotas dos integralistas; simplesmente nos é vedada [...] toda a ideia de nacionalismo agressivo». Segundo os catecismos integralistas «a unificação de todas as nações numa só, a que chamam Humanidade» pressupõe «destruir todas as fronteiras e criar entre todos os homens uma solidariedade tão perfeita como se fossem irmãos»; tal objectivo constitui uma ilusão absolutamente «anti-natural e inviável», porque «não há dois indivíduos iguais, física ou moralmente» como «não há povos iguais», sendo por isso impossível «a fusão de todos os povos numa nação só, a que se chama Humanidade». Mas aqui reside exactamente o equívoco, na perspectiva de Proença: «A maior parte dos internacionalistas não pensa em fusão, mas em federação. Partem do princípio de que, diferentes como são os homens, há todavia entre eles ideias, sentimentos e interesses comuns, sendo, pois necessário que alguma instituição organize essas ideias, satisfaça esses sentimentos, defenda esses interesses. Não querem a humanidade como conceito puro [...]; querem que a esse conceito corresponda uma organização efectiva», ou seja, «uma ordem humana», uma «Pátria internacional», que não destrui as pátrias particulares, como a criação de uma «ordem nacional» não destruiu os indivíduos que constituem as nações.

Esta ordem internacional, ao assumir-se com um estatuto jurídico supranacional, constitui a melhor garantia de preservação dos «direitos legítimos de todas as nações, isto é, de todos os direitos que se não oponham aos direitos comuns e aos interesses comuns da humanidade», pondo fim ao regime «fantasmagórico» da «soberania nacional absoluta» e ao sistema da protecção dos pequenos Estados pelos grandes, que pressupõe sempre para os primeiros, pelo mecanismo de alianças a que se obrigam, a necessidade de sacrificarem uma parte da sua soberania para «benefício exclusivo» dos segundos. «Desejar, pois, como os integralistas, o prosseguimento dos nacionalismos irreductíveis e do estado de guerra entre os povos será defender uma doutrina consagradora dos “imperialismos”, não será nunca, em caso algum, uma doutrina conservadora de todas as pátrias». Conclui-se assim que «conceber o patriotismo como fundado na *oposição* entre o interesse duma pátria e o de todas as outras» é um erro crasso, uma atitude anti-pacifista e «guerreira» que tem implícita «a glória militar» e inibe a possibilidade de cooperação solidária entre os povos. «Mais ainda: se há país em que o internacionalismo constitua o próprio veio das mais altas tradições nacionais, esse país é precisamente o nosso. Foi porque descobrimos o mundo e nos demos ao mundo, porque por ele nos andámos “repartindo”, porque comungámos no universal, que Portugal existe ainda hoje na história [...]. Sermos internacionalistas constitui, pois, para nós [...] a única maneira de guardarmos para com o espírito da nossa pátria uma inteira fidelidade». Mas a estes argumentos teóricos e históricos acresce um outro, ditado pelas realidades do mundo material contemporâneo: «são os próprios interesses económicos que abatem cada vez mais as fronteiras das nações. O mal-estar de um membro social repercute-se imediatamente, no estado actual do mundo, sobre todo o corpo social. Condena-nos a necessidade a sermos irmãos siameses; somos obrigados à fraternidade pela própria natureza das coisas. Terminou a lei do isolamento; vivemos, quer queiramos quer não, sob a lei irremissível da solidariedade. A fraternidade ou a morte; a paz ou a miséria; a federação humana ou a ruína da civilização humana, tais são os dilemas que nos põe

o estado actual do mundo. Desconhecer isto ou proceder como se o desconhecêssemos, é querer fechar os olhos às realidades ou atirar-nos de cabeça para o abismo»¹.

Só a partir de Outubro de 1925, após a conferência de Locarno, as expressões e os conceitos de “Estados Unidos da Europa” e de Pan-Europa” ganham forma e conteúdo nas publicações periódicas portuguesas. Os acordos e documentos diplomáticos resultantes desta conferência, que partiu de uma iniciativa alemã endereçada à França e à Grã-Bretanha, estipulavam, entre outras cláusulas, a promessa de reconhecimento e de inviolabilidade das fronteiras ocidentais entre a França, a Bélgica e a Alemanha, mas não davam garantias idênticas em relação às fronteiras orientais, embora os países que os assinaram (os já citados mais a Itália, a Polónia e a Checoslováquia) prometessem, em caso de litígio, não recorrer à força armada, mas utilizar os instrumentos multilaterais de conciliação e os mecanismos internacionais de arbitragem estatuídos ou a estabelecer. Tiveram os referidos acordos um enorme impacto favorável na opinião pública porque, no entendimento geral, proporcionavam uma sólida garantia para a consolidação da paz, ao mesmo tempo que poderiam aliviar o esforço de armamento por parte das grandes potências a braços com preocupantes problemas económicos e sociais. «O conjunto dos acordos de Locarno [...] assume uma tal importância para a futura política europeia, que deve marcar o início duma época nova não só na Europa, mas em todo o mundo» — escreve Jaime Cortesão pouco tempo depois da realização da referida conferência, para cujos resultados, segundo ele, Portugal deveria prestar a máxima atenção e, em consequência, orientar a sua política na conformidade dos «impulsos que de fora se lhe impõem», concluindo: «Ainda que se não acredite na realização idealista dos Estados Unidos da Europa, não se pode negar que um espírito novo de conciliação procura

¹ Raul Proença, «Acerca do integralíssimo lusitano. VI – Nacionalismo e internacionalismo», *Seara Nova*, 1 de Julho de 1922, pp. 40-42.

regular os conflitos internacionais. A Sociedade das Nações, cujo alcance e obra cada vez mais devemos procurar conhecer entre nós, faz apelo constante a uma opinião pública internacional. O velho sistema das alianças particularistas entre Estados ameaça com isso desabar; e toda a política exterior dos pequenos povos, que têm vivido à sombra protectora e interesseira dalguma ou algumas das grandes potências, tem que moldar-se sobre mais largas bases e procurar não a defesa, quantas vezes humilhante, duma forte nação, mas a simpatia e o apoio efectivo de todas elas»².

Os acordos de Locarno funcionam assim, na perspectiva de analistas portugueses, como o primeiro esforço político-diplomático sério para a construção de uma paz duradoira, cuja garantia futura terá que passar pela constituição de grandes blocos unificadores. Ora este desejo de reconciliação que aqueles acordos expressaram é o primeiro passo para dirimir por meios pacíficos as desavenças seculares entre as três maiores potências continentais, dando início a um processo de construção do «edifício da paz» e fazendo renascer das cinzas a esperança de unidade dos povos europeus — dessa ideia generosa alimentada como «gloriosa utopia» pelos poetas e escritores do século XIX, por Vítor Hugo e Lamartine, entre outros, mas que os governantes e «nacionalistas exacerbados» ignoraram ou combateram convencidos de que tal ideia se configurava como «um atentado à santa soberania dos Estados». Contudo, se Locarno «é uma esperança para a concretização deste ideal» dos Estados Unidos da Europa, nunca estes poderão organizar-se contra os Estados Unidos da América, como alguns concebem, nem poderão resultar simplesmente das tramas com que o poder político se tece; para os realizar «exige[-se] dos povos da Europa a procura de um conhecimento e compreensão mútua, que contribua para a aceitação das diferenças procurando nos factores comuns mais uma razão para a união» — o que só pode conseguir-se «pela via cultural, pois a diplomacia é incapaz de estabelecer este conhecimento indispensá-

² Jaime Cortesão, «O significado dos Acordos de Locarno», *ibidem*, nº 61, de 21/11/1925, pp. 5-8.

vel»³. Locarno não pode, pois, ser entendido ainda como o esboço de realização efectiva e institucional desta ideia, mas os métodos que por ele foram utilizados — de procura de uma «nova política internacional» de concórdia, de estabelecimento da paz «sem vencedores ou vencidos, mas elaborada por todos num compromisso de honra» e «sob a base da mais perfeita igualdade», conforme o declarou, na referida conferência, Chamberlain, um dos protagonistas dos acordos — prefiguram a perspectiva e convergem auspiciosamente no sentido desse generoso ideal sonhado por tantos há tanto tempo: «Será a ideia dos Estados Unidos da Europa que surge no horizonte? Ninguém o poderá dizer..., mas a realização dessa ideia — como tantas outras utopias» — só poderá concretizar-se passando por esta promissora fase «de entendimento e de pacificação»⁴.

O tratado de Locarno teve assim, entre outras consequências, o mérito de lançar o debate no meio intelectual de esquerda sobre a necessidade da unidade europeia. A imprensa de «esquerda» viu nesse instrumento diplomático «a base de uma nova Europa» ao passo que a sua congénere de «direita» julgou-o com «desconfiança e hostilidade». Na América foi recebido com exagerado aplauso e visível ingenuidade: «Estão fundados os Estados Unidos da Europa, dizem os americanos. Alguns entusiastas chegam a precisar datas para a união das nações do Velho Continente no prazo de dez anos»; com tal acordo político, o entendimento económico será inevitável, o desarmamento terá consequências alfandegárias infalíveis, a união aduaneira será a resultante necessária. Mais prudentes e cónscios das longas e sinuosas dificuldades a superar, alguns europeus consideraram que pela via encetada se desbravava o terreno para a regeneração económica da Europa e com ela se abria «caminho a uma nova política de agrupamento da qual devem surgir os Estados Unidos da Europa»⁵.

Mas nem todos partilham desta concepção unificadora dos povos euro-

³ «Os Estados Unidos da Europa», in *Diário de Lisboa*, nº 1383, de 12/10/1925, p. 1.

⁴ Chagas Franco, «Os Estados Unidos da Europa?», *ibidem*, nº 1389, de 19/10/1925, p. 1.

⁵ *Ibidem*, nº 1431, de 5/12/1925, p. 2 e 7.

peus. No campo republicano e socialista há também quem entenda que a Europa não tem expressão geográfica nem cultural, considerando o facto de as suas fronteiras terem variado constantemente ao longo da história e de a expansão europeia ter apagado «as diferenças entre a Europa e o que não era europeu», dissolvendo-a «no mundo que europeizou». Uma perspectiva interessante, já que alguns dos argumentos aduzidos, por paradoxal que pareça, irão ser retomados pelo pensamento nacionalista do Estado Novo. Num artigo reproduzido na *Seara Nova*, em Junho de 1926, com o título «Serão possíveis os Estados Unidos da Europa?», da autoria de Henri Hauser, professor da Faculdade de Letras de Paris, defende-se que «a ideia de Europa é uma ideia americana». Contra a «simplificação» e a visão geométrica que a América faz da Europa insurge-se, segundo este autor, «a própria história, tão rica e tão trágica, das nações europeias»; a Pan-Europa não passa de uma «quimera perigosa», que exclui dela a Inglaterra e a Rússia, estabelecendo, com esta dupla exclusão, «entre Berlim e Paris, a mais espantosa das defrontações»: «Pan-Europa! Essa loucura não pesará o valor das individualidades bastante fortes que são as nações europeias, grandes e pequenas, nem dos vínculos [...] que ligam estas nações, uma a uma, às outras partes do mundo. Opondo massas contra massas, uma Pan-Europa e uma Pan-América, uma Ásia soviética, a África votada ao etiopanismo, ela prepararia para o futuro a mais pavorosa das guerras, uma guerra dos mundos». Se pode fazer sentido falar de «solidariedade» é tão só pelo facto de existirem, «no mundo do espírito, ligações transversais que não se deixam encerrar em nenhuma área geográfica», como é o caso da «solidariedade britânica» que se estende «a três ou quatro continentes, sem atender à geografia escolástica», ou, também, da «solidariedade latina, ou melhor neo-romana» que, apesar das ilusórias tentativas estranhas de estabelecimento de um pan-americanismo, «nem assim se impedirá a América-latina de se defrontar com a hegemonia yankee ou britânica e se voltar para a Espanha e para Portugal, antigas metrópoles, para a França e para a Itália» porque «falamos verdadeiramente a mesma língua. É sobre estas solidariedades reais e não falsas e caducas

que é necessário fundar a paz no mundo. É tempo de lançar ao vento a palha das palavras e juntar, enfim, o grão das realidades. Chegou a hora de reunir, por cima das fronteiras arbitrárias dos continentes, todos os homens que, servindo as suas pátrias, aspirem a ser bons cidadãos da humanidade»⁶.

Na mesma perspectiva essencial convergem o sentido e a finalidade da divulgação crítica, nas páginas daquela revista pouco depois da publicação do referido artigo, do *Manifesto Europeu*, de 1924, do conde Coudenhove-Kalergi. Neste célebre manifesto diz-se a certa altura: «É possível que, nesta reduzida península europeia, vivam lado a lado 25 Estados numa anarquia internacional completa, sem que esta situação leve por fim a uma catástrofe terrível, tanto na política como na economia e na cultura? Os anti-europeus dizem que sim, que é possível, visto que até hoje assim foi. Mas isso é ignorar as realidades: o século XX alterou tudo, até as próprias bases em que assentava esta multiplicidade dos estados europeus [...]. Todo o problema se reduz, pois, aos seguintes dilemas: guerra ou paz, anarquia ou organização, concorrência no armamento ou o desarmamento, concorrência ou colaboração, ruína ou união.... Quem não é pan-europeu é contra a Europa. Seremos cúmplices da queda da Europa se não fizermos um esforço para salvá-la [...]. Repetiremos sempre e sempre esta nítida verdade: uma Europa dividida é a guerra, a opressão a miséria. Uma Europa unida, a paz, a liberdade».

Depois de se dar conta de algumas das passagens mais sugestivas deste manifesto, num longo artigo com o título de «Estados Unidos da Europeus», Rodrigues Miguéis, autor do mesmo, comenta:

«Generoso idealismo para um diplomata! É pena que o seu manifesto dê a impressão de se tratar de um patriota receoso pela integridade das fronteiras nacionais...

O manifesto foi publicado antes de Locarno. As condições actuais da

⁶ Henri Hauser, «Serão possíveis os Estados-Unidos da Europa?», *Seara Nova*, n.º 93, de 23/6/1926, pp. 405-406.

política europeia, diferem, pois, do que então eram. No entanto, é indiscutível que a Europa só teria vantagens num perfeito entendimento defensivo; simplesmente, a defesa pressupõe inimigos; e seria de boa política internacional levantar a lebre dum perigo anti-europeu? A simples exclusão da Inglaterra e da Rússia não representaria um acto de clara hostilidade? E nós, Portugal, entrando nessa aliança, se é verdade que não mais dependeríamos da política internacional da Inglaterra, não ficaríamos sujeitos às resoluções de todos os outros Estados europeus — mesmo daqueles que hoje vêm com mais gula a nossa vasta riqueza de territórios africanos?...

Belo sonho, a Pan-Europa, que cumpre realizar na ordem moral, na económica, na científica... Até lá, os Estados Unidos da Europa, que todos os pacifistas sinceramente desejamos, seriam só mais uma ameaça para a paz do mundo. Europa contra a Rússia! Contra o Império Britânico! Contra a América do Norte! Mas quem pode supô-lo? Quem imagina que os fios de toda a ordem, que prendem alguns Estados europeus às nações de novo continente, como a aproximação ibero-americana, se partiriam facilmente? A não ser que a América Latina, toda unida num bloco contra o pan-americanismo dos Estados Unidos, desse à Europa unida um decidido apoio — o que representaria sempre uma posição de surda hostilidade ao monroísmo...

Toda a ideia que não for de união mundial é uma ideia de guerra. A existência de blocos é perigo para a paz do mundo. Defender assim a Pan-Europa política, é esquecer que a primeira condição para o mundo pacífico, homogéneo, é o lento e progressivo desaparecimento das grandes manchas do planisfério político. Nada de sistemas rígidos!».

Considera o articulista citado que a constituição de blocos, como a que se pretende com a proposta pan-europeia, contem em si o gérmen do antagonismo capaz de fazer perigar a paz no mundo, porque, quer pelas exclusões que estipula quer pela tentação hegemónica que comporta, é contrária à natureza profunda dos princípios pelos quais se deve reger o convívio

entre as nações: «a ideia justa [...] da mais larga e profunda união dos povos, das camadas sociais interessadas na paz do mundo, no progresso, na política de igualdade e de segurança mútua — a ideia mãe da Liga das Nações». A oposição à entrada da Rússia dos Sovietes numa qualquer união europeia, tal como a que se propõe no Manifesto Pan-Europeu, «mascara uma ideia mais funda e grave de hostilidade contra os eslavos, num escrúpulo pueril de aparência política [...]. Um proletário russo não agride um proletário italiano por uma simples questão de política interna, mas por causas mais profundas». Pretender, pois, abolir as fronteiras dos Estados para remediar os males de que padece a Europa «é pura fantasia». E conclui:

«A Europa dos checos é dos lusitanos nunca poderá unir-se numa federação voluntária, jurídica, à imagem da união dos suíços; estes conseguiram o milagre porque o território reduzido e a comunidade de idênticos interesses estabeleceram desde cedo entre eles uma solidariedade natural. Mas do Tejo ao Vístula medeiam as distâncias, as raças, os climas, as diversidades geográficas... E não se passa em vão por cima disto tudo.

Quando a hora bater, a Europa, como um viajante descuidado, fará as suas malas apressadamente. Há-de sem dúvida escapar ao perigo estranho. Mas antes que os diplomatas europeus, os financeiros, os homens dos capitais e dos interesses se ponham de acordo sobre uma tal federação; antes que tenham podido amontoar as renúncias sobre as renúncias, os esquecimentos sobre os esquecimentos, e o desinteresse sobre o desinteresse, hão de correr cataratas de tinta, hão de despenhar-se montanhas de oratória, o tempo há de passar, e queira o Destino todo poderoso que a Europa não se alague novamente de sangue, em holocausto aos ideais de algum político, sonhador de unidade à fina força...»⁷.

A realização do Congresso Pan-Europeu em Outubro de 1926 fornece

nova oportunidade para reanimar o debate sobre a união da Europa. A imprensa noticiou o evento e tomou posição sobre o mesmo, em particular o *Diário de Lisboa*, o periódico mais entusiasta pelo tema em apreço. Considera-se aquela notável realização como o advento de uma nova era em que às divisões e aos nacionalismos do passado se sobreporão os entendimentos dos povos e a comunidade das nações: «Estamos perante a realização do admirável Congresso Pan-Europeu... Enquanto que outrora se falava de pan-germanismo, pan-eslavismo ou de pan-helenismo. E eis que a Europa encontra numa palavra a concretização sublime do espírito que a há-de salvar!... As principais nações da Europa reunidas em Viena, proclamam [...] que acima dos nacionalismos os povos se devem amar e respeitar. E o presidente do Reichstag, Loebe, assegura que é chegado o momento de realizar as utopias e que o direito comercial unificado e uma moeda comum são realizáveis na Europa. Pela Bélgica o seu representante afirmou que, se no futuro desapareceram vinte Estados europeus, a Pan-Europa viverá. E o delegado francês Delaisi conclui num clima de profunda comoção: “O povo francês saúda aqui a primeira aurora pan-europeia!”»⁸.

Um grande destaque é dado, nas páginas do citado jornal, ao projecto de união dos Estados europeus, atribuído a Primo de Rivera, publicado no jornal espanhol *La Nacion*, pelo qual se propunha a formação de uma Liga das Nações, com um Supremo Tribunal e um exército comum comandado supranacionalmente por este organismo, com o grandioso objectivo de estabelecer a paz perpétua na Europa. Pretendia-se que todos os Estados europeus fossem convidados a aderir a esta Liga de Paz e que ao referido tribunal fossem submetidos os problemas e os litígios passíveis de provocar conflitos armados, o qual, composto por representantes de todas as nações participantes e decidindo por igualdade de voto, teria força para obrigar ao

⁷ Rodrigues Miguéis, «Os Estados Unidos Europeus», *Seara Nova*, nº 96, de 12/08/1926, pp. 446-470.

⁸ Pinheiro Chagas, «A Europa tão unida antes de 1914 dividiu-se depois da grande guerra», *Diário de Lisboa*, 12/10/1926, p. 7.

acatamento das suas decisões e para aplicar ao Estado responsável pelo litígio a acção comum, moral, económica ou militar, decidida contra este. Interditavam-se os Estados de utilizar qualquer comando militar que não fosse o do tribunal, e propunha-se que o tamanho dos contingentes armados das três potências mais fortes não devesse exceder «nunca metade das forças dos restantes em conjunto». Só assim, segundo se escreve no periódico português que temos estado a utilizar, «terminariam as guerras e algo mais vexatório que a própria derrota dos fracos, a imposição pela violência dos fortes, causa de rancor e rebeldia da humanidade»; só assim se «prepararia rapidamente e realizaria a federação europeia». Mas para que tal objectivo se tornasse possível não bastaria uma convergência de boas intenções ou uma mera solidariedade sentimental: «a solidariedade dos interesses económicos» é também condição indispensável — «a conciliação e a comum conveniência destes é, pois, o cimento iniludível da paz»⁹.

Um outro acontecimento, considerado como sendo de magna importância, foi a assinatura em Paris do Tratado de Briand-Kellogg, em 27 de Agosto de 1928, a que já anteriormente aludimos, e que declarava «guerra à guerra» como meio de resolução dos conflitos entre Estados, salvaguardando, todavia, a possibilidade de recurso à força, em caso de legítima defesa. Acolhido com vivo entusiasmo, assinado inicialmente por quinze Estados e, nos meses subsequentes, por muitos outros, membros e não membros da SDN (entre estes últimos a URSS, os Estados Unidos, a Turquia, o México, etc.), saudado por Briand como marcando «uma data nova na história da humanidade», este tratado coroava uma série de iniciativas pacifistas, uma vaga de «pactomania», como foi designada, no âmbito de um espírito diplomático dominante e de um sentimento comum de que a insistência em tais compromissos reforçava a solidez efectiva de

⁹ *Ibidem*, de 15/07/1927 e de 6/01/1928, p. 7 e 3, respectivamente.

Mais prudentes, outros relativizaram a importância do pacto Briand-Kellogg para a causa da paz e da cooperação entre os Estados. Algumas picardias mais ou menos acintosas tinham-se manifestado entre a França e a Alemanha, nomeadamente na Assembleia da SDN em meados de Setembro de 1928, que geraram alguma incomodidade nas relações entre os dois Estados e provocaram algum pessimismo em relação aos esforços de desarmamento e de concórdia. Se, por um lado, escreve-se no *Diário de Lisboa* em finais de Novembro subsequente, «as propostas de desarmamento, o Pacto Kellogg, todas as palavras que se pronunciam e todos os actos que se realizam» expressavam as intenções dos homens de Estado perante «o medo de uma próxima e mais trágica guerra», a verdade é que a desconfiança persistente, o patriotismo ferido, a rivalidade de interesses, a pusilanimidade de uns e a resistência de outros não auguravam nada de promissor quanto à efectiva possibilidade de consolidação da paz e teimavam alimentar «o rancor combustível para outra guerra». Por outro lado, o nacionalismo agressivo, com uma força crescente, nas suas

¹⁰ *Ibidem*, de 23/08/1928, p. 3.

¹¹ *Diário de Notícias*, de 27 e 28/08/1928, p. 1.

multifacetadas expressões, económico, político e sentimental, engendrado na desconfiança e alimentado pelo ódio, tendia a fazer vingar uma inadequada, confusa e perigosa identificação com patriotismo, defendia o primado da Nação contra tudo e contra todos, afirmava a absoluta independência política do Estado, impedindo a cooperação e a solidariedade internacionais. «Nesta batalha entre a paz e a guerra, entre patriotismo e nacionalismo [questiona-se e conclui-se no referido jornal], que lugar ocupam a SDN, o pacto Kellogg, a conferência de desarmamento? São meros fogos de artifício, enganos». Qual a solução? A resposta é inequívoca e peremptória: «A fórmula é apenas uma — os Estados Unidos da Europa»; «a união só pode conseguir-se através do princípio federativo» — «a Federação é a paz»¹².

É através das páginas do *Diário de Lisboa* que se revela uma intenção quase militante de divulgar o ideário dos Estados Unidos da Europa. Sugestivos a este nível são os artigos e entrevistas de Irene de Vasconcelos para quem, «apesar do nacionalismo quase doentio de alguns países», a causa da unidade europeia, como «movimento de paz e de concórdia», não só se tornou tema familiar nos corredores das Assembleias da SDN como também «vai alastrando e encontrando partidários em todo o mundo». Assim o testemunhou, na entrevista que ela lhe fez, o conde Coudenhove-Kalergi — «um homem com natural disposição para o internacionalismo», responsável pelos grandes progressos realizados pela ideia europeia, «devido à sua actividade, à sua inteligência e sobretudo à sua fé» —, cuja causa ganhou adeptos notáveis numa multiplicidade de países: em França onde se contam partidários como Briand, Poincaré, Herriot e ilustres homens das letras e das ciências; na Alemanha onde socialistas, democratas e populistas, e entre estes o próprio Stresemann, «foram conquistados pela mesma ideia»; na Espanha, de onde chegam «as maiores provas de simpa-

¹² *Ibidem*, de 27 e 28/11/1928, p. 7.

tia», das quais se destacam a de Primo de Rivera que «não só escreveu um notável artigo no jornal *La Nacion* como teve ainda a bondade de me escrever uma carta onde manifesta a sua simpatia pelos nossos esforços»; embora menos sugestivos, também na Inglaterra, se contabilizam amigos da sua nobre ideia (Lord Cecil e Emmery), mas não na Itália onde «a ideia pan-europeia não tem tido grandes progressos». Fora da Europa, o movimento regista uma enorme adesão na América, país onde foi criado um «Comité of the Paneuropa Union», e notáveis personalidades, como Hoover, o candidato republicano à presidência, se tem manifestado claramente pela união da Europa: «os americanos não querem conhecer as razões que nos determinam a pretender os Estados Unidos da Europa, o que os interessa são as causas que impediram até hoje a sua realização». A propósito do recente Pacto Kellogg, Coudenhove-Kalergi declarou: «Creio bem que ele nasceu duma vontade sincera de manter a paz, mas não é garantia suficiente de pacificação definitiva. Só o pan-europeísmo será capaz de unir as forças europeias em lugar de as dividir, acabando com essas diferenças artificiais que reinam na Europa. A paz do nosso continente não pode ser mantida senão com um Exército europeu e os conflitos só podem ser resolvidos por um Tribunal Supremo Europeu». Ao concluir esta entrevista, a jornalista comentou: «Parece-me oportuno recordar aos leitores que Portugal não deve manter-se à margem deste movimento, como de tantos outros que estão na ordem do dia e nos interessam directamente»¹³.

Curiosa é ainda a entrevista que esta jornalista fez, para o referido jornal, ao chefe do governo italiano. Com o título de primeira página, «Mussolini fala ao Diário de Lisboa», ao dirigente fascista foi colocada a seguinte questão: «Que pensa Mussolini da concretização dos Estados Unidos da Europa?». O cepticismo, se não mesmo a desaprovação, do *Duce* é bem expressivo na resposta que deu: «Nada impede que se trabalhe para isso. Mas, como pôr de acordo, a pensar da mesma maneira e

¹³ Irene de Vasconcelos, «A ideia da criação dos Estados Unidos da Europa», *Diário de Lisboa*, nº 2293, de 26/9/1928, p. 1.

dentro do mesmo espírito, individualidades como o seu país, cuja história das descobertas nos assombra cada vez mais à medida que vai sendo mais conhecida, a Espanha que foi num dado momento a maior força mundial, a França, a Alemanha, a Itália. Dizia-me um americano não compreender a razão por que a Itália se batia por Fiume, cidade de quarenta mil habitantes. Não adira à sua incompreensão, porque os americanos constróem cidades em meses e não estão agarrados à tradição, ao passado que faz de cada país da Europa uma individualidade distinta»¹⁴.

Com idêntica intenção pedagógica e apologética se refere outro artigo de João de Barros, no mesmo jornal, com o sugestivo título «Europa minha segunda pátria», com o qual se pretende dar a conhecer aos portugueses a publicação recente do livro de Gaston Riou, com título aparentado, *Europa minha pátria*, e sensibilizá-los para a importância da temática de que trata, das várias formas com que se reveste a ideia de unidade europeia, da posição privilegiada de Portugal como posto avançado para a difusão, através do Atlântico, do ideário unificador. Os portugueses, no entendimento do referido articulista, não podem continuar «desinteressados do vasto movimento de solidariedade internacional, cada vez mais vivo e forte na Europa do pós-guerra» — uma Europa em crise, angustiada e doente, cujo mal-estar e incerteza perante os seus destinos nos afectam também, segundo o articulista, mesmo que disso não tenhamos consciência. Ora o único remédio, «o único processo de salvar a saúde do Ocidente» reside precisamente, como se preconiza no referido livro, em realizar a União Europeia: «Muita gente sorrirá da ideia velha e renovada dos Estados Unidos da Europa, mas é preciso não perder de vista o perigo que a Europa corre, conservando-se dissociada, hostil e desarmónica perante os venenos do Oriente e o materialismo organizado da América do Norte». E conclui: «Nem Paul Valéry ou Gaston Riou referiram qualquer posição em relação a Portugal; cabe-nos a nós lembrá-los que a Europa encontraria em Portu-

¹⁴ Idem, *ilidem*, n.º 2463, de 20/4/1929, p. 1.

gal um posto magnífico de vigilância e defesa e um foco de propaganda dos seus ideais e concepções, através do Atlântico. Embora o livro de Gaston Riou seja um pouco vago e utópico contribuiu para a percepção exacta do desequilíbrio europeu, mostrando aos portugueses a necessidade premente de reflectirem sobre a posição do país no mundo e a sua perda de influência»¹⁵.

É com semelhante propósito de esclarecimento que a *Seara Nova* insere nas suas colunas o apelo que Coudenhove-Kalergi fez, nos começos de 1929, aos povos e governos da Europa no sentido de se realizar uma conferência preparatória da União Pan-europeia. A revista, que já anteriormente reproduzira e criticara o *manifesto pan-europeu* deste autor, justifica agora a divulgação do apelo, da seguinte forma: «Parece-nos inteiramente digno de aplauso o espírito deste documento em que não se contem nenhum princípio prejudicial para o equilíbrio político do mundo, nem a menor restrição ao destino da Sociedade das Nações, da qual a União Pan-europeia seria um poderoso auxiliar». No referido apelo Coudenhove-Kalergi incita os povos, os parlamentos e os governos europeus a «não perderem tempo», numa Europa em que a guerra terminou, mas a paz ainda não começou, e a convocarem, para o ano de 1929, a primeira conferência pan-europeia, seguindo o «grande exemplo» do que se fez, quarentas anos antes, com a reunião da primeira conferência pan-americana, graças à qual «pôde a América manter-se em paz, enquanto a África, a Ásia e a Europa suportavam as mais terríveis guerras». E conclui: «Ao fim de dez anos de trabalho, as grandes questões europeias continuam sem solução: desarmamento em terra, segurança, protecção das minorias, supressão das alfândegas. Ora, estes problemas, que representam um interesse vital para a Europa, só podem ser resolvidos sobre uma base europeia»; para tal é necessário «um grande movimento que determinará a convocação duma conferência pan-europeia que tenha por missão forçar

¹⁵ João de Barros, «Europa minha segunda pátria», *ibidem*, de 1/2/1929, p. 1.

todos os governos e povos da Europa a entender-se, a unir-se e a assegurar-se a salvação»¹⁶.

Mas, como já foi referido, a unidade europeia tinha os seus detractores na Europa como em Portugal. E era sobretudo nas fileiras nacionalistas que, obviamente, se destacavam os mais enérgicos e ostensivos adversários. Entre eles João Ameal. Em artigos regulares, no *Diário de Notícias* e no *Jornal de Notícias*, Ameal assume-se como um cruzado em defesa da Nação e da Raça, da civilização ocidental, católica e latina; e insurge-se belicosamente contra «o espírito judeu-germânico, dominante na Europa central», contra «as falsas declamações da demo-maçonaria internacional», contra, enfim, todas as ideias e todos aqueles que, corroídos pela doença grassante do europeísmo e do internacionalismo, pretendem dissolver as pátrias numa «vasta comunidade monocromática, reduzindo-se todo o continente a uma rara planura nivelada e idêntica». Num artigo intitulado «Os Europeus», de finais de 1928, registamos algumas passagens:

«Tanto na política internacional, como na literatura, como na vida dos snobes surgiu, de há poucos anos para cá, uma espécie de moda que, mal interpretada, pode ser muito nociva às nações dos homens.

Esta moda é a do europeísmo [...]. E, um pouco por toda a parte, diplomatas e escritores lançam-se na cruzada do europeísmo — e intitulam-se orgulhosamente europeus [...]. O seu ideal, de resto, não fica por aqui — amplia-se até do universalismo, que faria dos cinco continentes o mesmo que se quer fazer agora das nações da Europa, bocadinhos cada vez mais semelhantes e mais inseparáveis do puzzle mundial. [...].

Ora eu creio que este europeísmo e estes europeus são ilusões, e nada mais, ilusões na literatura e na vida — e talvez mentiras perigosas na política, visto provocarem uma corrente imprudentíssima de desprezo pelas

¹⁶ R.-N. Coudenhove-Kalergi, «Pela União da Europa», *Seara Nova*, nº 149, 7/2/1929, p. 77-77.

fronteiras de cada pátria e pelas características irreduzíveis de cada raça.

Não deixemos que em Portugal entre essa febre ameaçadora do europeísmo! Ou antes: saibamos cultivar um europeísmo que não quebre as nossas cadeias nacionais, que não abale as nossas raízes lusíadas, que, fazendo-nos acompanhar a civilização continental, nos não prive de a marcar, entre nós, com o selo da nossa. Sejamos europeus, evidentemente — mas europeus de Portugal!»¹⁷.

Pela mesma altura, num artigo com o título de «A união das Nações», este encarniçado paladino anti-europeu, ultramontano, maurrassiano assumido e ultra-nacionalista agressivo, simpatizante do fascismo italiano e hostil ao nacionalismo germânico, não poupa as suas verrinosas farpas contra a organização internacional. Para ele, a Sociedade das Nações, «mísera torre de Babel feita de cartão», é «a mais completa e a mais flagrante mistificação de todos os tempos», e «as «democracias são a expressão da máxima decadência e da máxima incoerência das nações»¹⁸. Opõe ao internacionalismo maçónico, universalista ou europeísta, e ao pacifismo briandista a única alternativa em que «os *Estados Unidos* do Mundo podia não ser uma quimera» — a união assente «sobre a disciplina perfeita e sólida da hegemonia católica», ou seja, uma «união das nações» em que «o Pontífice Romano seria o presidente indicado para a arbitragem entre os vários Estados do universo»: «só uma voz, na terra, pode erguer-se para reclamar, em nome do Céu, a virtude, o sacrifício e a irmandade — e essa voz é a do Vigário de Cristo». Qualquer outra forma de união ou de «Super-

¹⁷ João Ameal, «Os “Europeus”», *Diário de Notícias*, 29/10/1928, p. 1.

¹⁸ Idem, «A união das Nações», *Jornal de Notícias*, de 9/10/1928, p.1. São regulares neste jornal os seus editoriais sobre política internacional, nos quais obstinadamente se insurge contra o internacionalismo, nomeadamente na sua versão europeísta, e pugna pelo nacionalismo mais descabelado. Ver, por exemplo, «A paz mentirosa», em que escreve: «Eu considero a “Action Française” [...] o mais autêntico sustentáculo da paz europeia» (*ibidem*, 22/1/1927, p. 1); «A ameaça», em que diz: «Briand é uma das figuras mais criminosas e mais dissolutas da política europeia» (*ibidem*, 29/1/1927, p. 1); «A paz alemã», onde profetiza: «a Alemanha faz coro com os pacifistas desenfreados da Democracia Internacional maçónica, até ao momento de levantar a espada e assassinar pelas costas os adversários desprevenidos» (*ibidem*, 12/10/1927, p. 1).

-estado ideal» não passa de uma perigosa ilusão — «a eterna quimera de todos os utopistas e de grande número de poetas», desde o Abade de St. Pierre a Vítor Hugo, «o grande visionário lírico [que] clamara pelos *Estados-Unidos da Europa*». E conclui:

«*União da nações*, apenas firmada sobre mitológicas abstrações e sobre conveniências políticas — é uma inútil mascarada. Sem a *unidade espiritual e moral*, sem o *Chefe espiritual e moral* que a incarna — jamais passará dum engano e duma ficção.

Volte-se à disciplina católica [...]. Fora dela — tudo é vão e inútil, e até mesmo prejudicial; tudo é apenas uma perigosa mentira, encobrendo as ameaças reais sob o artificioso véu das promessas impossíveis [...]. O único *universalismo* legítimo e fecundo [é] aquele que obedece à eterna Lei da Verdade e da Vida, confiando-se à sabedoria e à alta direcção da Igreja — aquele que tome, para pastor das nações, o representante deixado por Cristo na Terra como Pastor das almas»¹⁹.

É neste confronto de entusiasmo europeísta e de exacerbação nacionalista que, pelos meados de 1929, vão surgir na imprensa ecos de que uma iniciativa governamental francesa, no âmbito da unidade europeia, se preparava para ser apresentada na SDN. A notícia chega a Portugal nomeadamente pelo jornal *A Voz*, que, com o título «A criação dos Estados Unidos da Europa», dá conta, na sua edição de 18 de Julho de 1929, de uma interpelação que um deputado fez na câmara dos comuns londrina, perguntando ao governo se «havia recebido qualquer comunicação do governo francês ou alemão, sobre a proposta de Briand [ministro francês dos negócios estrangeiros] para a criação dos Estados Unidos da Europa» e se o executivo tencionava publicar o texto do referido documento ou de quaisquer outros que tratassem da unidade económica e política da Europa; a

¹⁹ Idem, «A união das Nações», *ibidem*, de 9/10/1928, p. 1.

esta questão, o ministro dos negócios estrangeiros britânico, Henderson, respondeu que não tinha recebido nenhuma proposta ou comunicação versando sobre tal assunto²⁰.

Na verdade, nos dias subsequentes, a imprensa portuguesa faz insistentes referências à proposta e às declarações de Aristide Briand tendentes à realização de uma conferência para a organização da Europa, não contra quaisquer países, mas tão-só com o objectivo de se conseguir uma paz verdadeira e durável, mediante um acordo geral europeu que conduzisse a uma união económica do continente, pondo termo à caótica situação de crescente conflitualidade: «não se trata de organizar a Europa [declara Briand] contra nenhum país ou grupo de países, mas sim para o melhor acondicionamento das condições imediatas da paz e para pôr fim a um estado anárquico que dá lugar a conflitos, enquanto uma acção suficientemente ordenada não venha organizar as relações vitais entre povos dum mesmo continente»²¹.

Esta preocupação na insistência de que não se pretendia unir a Europa contra qualquer outro país resulta do facto de alguns comentadores terem interpretado a referida proposta como manifestação de hostilidade em relação aos Estados Unidos da América. O plano Young de 7 de Julho de 1929, adoptado na conferência da Haia no mês seguinte, fixou definitivamente os montantes e a duração do pagamento das reparações de guerra. Com a designada «cláusula de salvaguarda» a França pretendeu, sem o conseguir, ligar solidariamente a questão das reparações à das dívidas inter-aliadas. Mas se a Grã-Bretanha entendeu reduzir os seus créditos sobre os Aliados e sobre a Alemanha até ao montante da sua dívida à América, esta recusou proceder a qualquer aligeiramento daquelas dívidas, com excepção do alargamento do prazo de pagamento (até 1988), em relação aos Aliados e, nomeadamente, em relação à França, país este que recebia maiores somas de reparações do que tinha de pagar em dívidas

²⁰ *A Voz*, de 18/7/1929, p. 8.

²¹ *Diário de Lisboa*, de 26/7/1929, p. 7.

inter-aliadas. Ora a prosperidade económica e financeira dos Estados Unidos da América e as suas intransigentes reivindicações em relação à Europa intensificaram o sentimento, sobretudo em França, de ser o Velho Continente colonizado por aquela potência e estimularam a ideia de, para se sair desta subalternidade de atrofiamiento crescente, ser necessário criar os Estados Unidos da Europa. Com o sugestivo título «A Europa está-se transformando numa colónia americana? União ou Aniquilamento?» um ex-ministro das finanças de França, Georges Bonnet, declara:

«A ideia dos Estados Unidos da Europa tem ganho muito terreno em França. Necessário é fomentar a sua realização prática. As outras nações, que também têm pago pesado tributo à América, não podem deixar de pensar como nós. Temos de caminhar, pois está próxima a hora em que terão de tomar-se resoluções das quais dependerão, por muitos anos, a vida e a prosperidade da Europa. É inequivocamente uma questão de união ou aniquilamento.

Ou deixa de existir o actual estado de desunião ou teremos de continuar a existir como uma colónia americana [...].

Que se una a Europa, e furtar-se-á a ser vassala da América, ameaça que existirá enquanto não terminar a desunião»²².

A questão dos Estados Unidos da Europa reentrava, por conseguinte, na ordem do dia e ganhava premente actualidade. Os desentendimentos entre os aliados relativamente à ocupação militar, às dívidas e às reparações, e a persistente actuação da Alemanha em obter ganhos substanciais nestas matérias, explorando as divergências que os opunham, em conflito com a não menos obstinada intransigência francesa, mais fragilizavam as possibilidades de uma paz efectiva e duradoira. A necessidade da união para travar a angustiada derrapagem nos esforços diplomáticos de coope-

²² Georges Bonnet «A Europa está-se transformando numa colónia americana? União ou Aniquilamento? Mais um passo para a efectivação dos Estados Unidos da Europa», *Diário de Notícias*, de 5/8/1929.

ração tornava-se agora uma questão de vida ou de morte: «Porque não havemos de quebrar [escreve-se em editorial no *Diário de Lisboa* de 22 de Agosto de 1929] a linha mais ou menos tortuosa das fronteiras, irmanando os povos, num largo convívio que torne a guerra inútil e impossível? Estas e muitas outras perguntas da mesma espécie preocuparam, primeiramente, os idealistas que construíram mundos e sociedades a sonhar. Os sonhos e os delírios propagam-se e comunicam-se às turbas e estas imprimem-lhes força para o terreno das realizações. Actualmente um facto domina a vida internacional, a Conferência da Haia, onde as diplomacias não se entendem na divisão dos quinhões das reparações, este impasse parece comprometer em muito o plano dos Estados Unidos da Europa»²³. Alguns dias depois, a 27 de Agosto, perante o antagonismo dos interesses e o iminente fracasso da conferência da Haia na tentativa de salvar o plano Young, escreve-se neste mesmo jornal: «A diplomacia intermediária entre os processos antigos de sigilo e alianças, os que conduziram à guerra, e os processos de plena colaboração, os que conduziram à SDN, faliu estrondosamente. Agora a Europa tem que escolher entre o caminho da guerra e da paz»²⁴.

É neste contexto, entre a falência da paz e a iminência da guerra, que uma audaciosa iniciativa governamental vai ser tomada no âmbito de uma organização internacional, pela primeira vez na história da ideia de Europa unida: a proposta de Briand na 10ª Assembleia da SDN, em 5 de Setembro de 1929, para a organização de um «laço federal» entre os povos europeus. O *Diário de Notícias*, na sua edição do dia subsequente, noticiou na primeira página e resumiu assim este importante evento:

«O senhor Briand pronunciou hoje um importante discurso sobre o trabalho feito pela SDN e do qual extraímos os seguintes tópicos [...]:

Existe um grande poder político que está na alçada da SDN resolver: É

²³ *Diário de Lisboa*, «Hora Internacional», nº 2568, de 22/8/1929, p. 1.

²⁴ «Em Haia fracassará por completo a Conferência?», *ibidem*, de 27/8/1929, p. 8.

a realização indispensável da «Federação Económica Europeia». Havendo uma ligação económica entre todos os povos da Europa, seria fácil tomar decisões de comum acordo quando se aproximassem acontecimentos graves.

Esses laços federativos não atingiriam, em nenhum aspecto, as questões de soberania nacional [...].

Concluiu, convidando os seus colegas a examinarem a ideia por ele sugerida e a propô-la aos respectivos governos, pondo-lhes a questão de forma que a assembleia da SDN pudesse dentro em breve abordar o assunto.

Toda a assistência ovacionou o orador durante alguns minutos»²⁵.

Com esta corajosa proposta consumava-se uma iniciativa pioneira na História do Velho Continente. A questão da unificação da Europa passava do plano individual ou associativo para a engrenagem do poder. Um governo de um país europeu convidava oficial e solenemente os governos dos outros países europeus, na mais alta instância internacional, a congregarem esforços e vontades para o estudo e a construção de uma empresa comum: a unidade da Europa, pela via de um «laço federal», a implementar desde logo no domínio económico, na persuasão de que também no domínio político se tornaria oportunamente desejável e, presumivelmente, inevitável.

Estava, pois, lançado o repto.

Conclusão

A década de vinte vive angustiadamente o problema da paz. Verdade tantas vezes repetida, os tratados de Paris e dos arredores não criaram as condições objectivas desejáveis para a proscrição da guerra. Os ódios e ressentimentos entre vencedores e vencidos — e no caso particular entre

²⁵ «A Federação Económica da Europa», *Diário de Notícias*, nº 22848, de 6/9/1/29, p. 1.

as duas potências continentais, França e Alemanha —, os desentendimentos e os egoísmos entre os próprios aliados, nomeadamente entre aquela e o Reino Unido, o retorno ao “isolacionismo” dos Estados Unidos da América, o isolamento da Rússia soviética, entre outros factores e circunstâncias, suscitaram a instalação de uma ambiência permanente, embora com altos e baixos, de desconfiança e de quezília, tornaram incapaz de actuação a organização criada para garantir a paz (a SDN), com metodologia de funcionamento já de si muito espalhada, e retiraram convicção e eficácia aos resultados das diversas conferências, planos e pactos (conferência de Washington 1921-1922, plano Dawes em 1924, pacto de Locarno em 1925, pacto Briand-Kellogg em 1928, plano Young em 1929), empreendidos sempre na perseguição do almejado objectivo da concórdia entre as nações.

Neste difícil contexto, entre a inoperância da SDN, a animosidade dos Estados e as persistentes dificuldades económicas e sociais, apesar de alguma instável acalmia no curto período de 1924 a 1928, muitos foram aqueles que viram na unidade da Europa o único remédio ou o último recurso para a pacificação e bem-estar dos povos europeus. Milhares de artigos na imprensa foram escritos, centenas de livros vieram a lume, uma imponente conferência europeia foi realizada, entendimentos empresariais e associativos tiveram lugar, declarações públicas multiplicaram-se, tomadas de posição de intelectuais manifestaram-se por toda a Europa. No cerne desta imensa propaganda, particularmente activa na segunda metade da década de 20, em defesa de uma ideia generosa ou de um objectivo comum — a união da Europa, aduaneira, económica ou política, federal, confederal, comunitária ou simplesmente associativa —, os modelos a seguir não eram, por isso mesmo, coincidentes: para uns, tratava-se de construir os Estados Unidos da Europa, gradualmente ou no curto prazo, à imagem da América, país cuja força, grandeza e prosperidade não deixavam de suscitar sentimentos contraditórios de fascínio, de desconfiança e de rivalidade; para outros, era imperioso realizar a Pan-Europa, com base no sistema confederal suíço, mais harmonioso e compatível com a diversidade de identidades nacionais que se espelhavam no policromático mosai-

co cultural europeu. De todos, o mais fervoroso, consequente e combativo foi, como vimos, o conde Koudenhove-Kalergi.

Portugal não ficou alheio a este movimento em prol do ideal unificador europeu. As notícias sobre o que se fazia e dizia lá fora, no âmbito desta matéria, eram, pelo menos em certos períodos, divulgadas com regularidade em publicações periódicas portuguesas (nos jornais e nalgumas revistas). Entre elas destacam-se naturalmente, pela sua projecção nacional ou regional, o *Diário de Notícias*, o *Jornal de Notícias*, o *Diário de Lisboa* e a *Seara Nova*. Todavia, as posições que assumiam eram diferenciadas: algumas eram manifestamente favoráveis à ideia de Europa, outras sugestivamente críticas, e as restantes, em número crescente, ostensivamente hostis.

Entre as primeiras, perceptíveis no campo democrático e republicano, assume-se a defesa da unificação europeia num enquadramento federal, condição indispensável não só para a garantia da paz e para um desenvolvimento harmonioso dos povos europeus, mas também para a reabilitação da Europa, para que esta reassuma o papel de condutora dos destinos do mundo ou para que seja colocada, pelo menos, em posição de igualdade com os Estados Unidos da América.

Entre as segundas há que distinguir reacções de diferentes matizes. Há os que, próximos, presume-se, de um ideário socialista, entendem que a Europa não deve fechar-se em si própria nem suscitar antagonismos com outros continentes ou conjuntos de nações, condenam a pretendida exclusão da Rússia e da Inglaterra na projectada união pan-europeia, defendem uma solidariedade universal — qualquer coisa como um Super-Estado ou federação mundial, assente ou não na Sociedade das Nações, ou numa qualquer forma de internacionalismo congregador; mas, enquadrados nesta unidade mais vasta, não deixam de admitir a possibilidade de entendimentos ou de núcleos regionais, de que uma das configurações poderia ser a Pan-Europa ou os Estados Unidos da Europa, sem egoísmos nem exclusões. Há também os que, favoráveis a uniões associativas de povos com as mesmas afinidades culturais e proximidade linguística, propõem, por

exemplo, uniões latinas, porque, quaisquer outras, como a união europeia, são, sem essa base de identidade, descaradas utopias, congeminções irracionais, sem qualquer possibilidade de concretização, em virtude das diferenças abissais e inconciliáveis que separam inelutavelmente os respectivos povos. E há ainda, no campo nacionalista moderado, quem seja sensível a formas de solidariedade europeia, que tenham como base a comunidade de interesses civilizacional ocidental e cristã, em oposição com sistemas, comunista ou nacionalista racista e xenófobo, estranhos e hostis à cultura que moldou a história europeia; mas sejam quais forem os mecanismos de coordenação ou as bases de entendimentos a estabelecer, não poderão estes comportar qualquer vínculo supranacional e pautar-se-ão sempre pelo respeito escrupuloso dos direitos soberanos inalienáveis de cada Estado e das tradições seculares que moldaram a história dos povos e a independência das nações.

No outro extremo, no terceiro grupo, o do nacionalismo radical, integrista, não existe meio termo admissível: só a comunidade de interesses alicerçada no respeito sagrado da Nação e na defesa intransigente da ortodoxia católica poderá fazer renascer a Pátria contra todas as formas de aviltamento e de degenerescência de que tem sido vítima pelo conluio execrável do internacionalismo e do democratismo, maçónico, pagão e antipatriota. Não há contemplação possível: nem Europa, nem organizações fantoches como a SDN, nem internacionalismos de qualquer espécie; e se algum entendimento multinacional ou universalista é concebível, só o poderá ser pela via da defesa de uma mesma fé guiada pelo único chefe, o Papa, como sucessor de Pedro, que conduz o seu rebanho ordenado em conjuntos solidários tendo como firme suporte a unidade orgânica da Nação.

Numa perspectiva diacrónica, é possível evidenciar, no modo como a ideia de Europa foi entendida em Portugal ao longo dos anos 20, diversos momentos. Num primeiro tempo, no pós-Versalhes — numa altura em que o prestígio das democracias vitoriosas não foi ainda fortemente abalado e está viva a crença na Sociedade das Nações — é notória a tendência que vê no internacionalismo, num Mundo Unido, organizado em grandes gru-

pos regionais ou multinacionais, o caminho certo para a paz entre as nações e o meio eficaz para o progresso harmonioso dos povos. Num segundo tempo, a partir de 1925, ganha força o movimento em defesa do europeísmo, e são notórias as tomadas de posição na imprensa portuguesa favoráveis à unidade europeia, nos momentos sobretudo em que algumas iniciativas multilaterais, os pactos de Locarno (1925) e de Briand-Kellogg (1928), parecem favorecer a possibilidade de entendimentos internacionais. Num terceiro tempo, a partir de finais de 1928, quando, no plano internacional, as tensões se agudizam e esmorece a credibilidade da SDN, e, no plano interno, o autoritarismo do regime, agora com um novo interlocutor civil (o todo-poderoso ministro das Finanças), tende a consolidar-se, manifestam-se de forma crescente posições anti-europeias, ligadas ao nacionalismo radical ou moderado, embora não lhes sejam exclusivas.

Com efeito, a Europa provocara em muitos espíritos lusos uma amarga decepção se não mesmo uma ostensiva hostilidade. Portugal não só não colhe benefícios no seu relacionamento europeu como teve ainda algumas experiências negativas. A participação portuguesa na guerra foi traumática para o país; os tratados do fim do conflito e aqueles que se seguiram não foram compensadores para Portugal; os jogos de influências e a trama de interesses que se fizeram valer nos planos e nos pactos celebrados ao longo da década de vinte apresentaram-se a muitos portugueses como desinteressantes; a indiferença senão mesmo um mal disfarçado desprezo com que Portugal, supostamente ingovernável, era tratado ou visto na SDN feriu a sensibilidade nacional. As várias tentativas em que este país pretendeu exercer um papel de evidência na SDN, como foi o caso da sua candidatura a membro não permanente do Conselho, em Setembro de 1926 e de 1927, saíram goradas. As exigências impostas a Portugal para viabilizar a possibilidade do empréstimo solicitado pelo governo da ditadura, em finais de 1927, sob o patrocínio da SDN, foram entendidas como vexatórias e inaceitáveis para a dignidade do país e castradoras da soberania e da independência nacionais; e foi assim que – já com Salazar,

não sendo ainda ministro, a influenciar indirectamente a orientação da política financeira através dos seus escritos na imprensa – , Lisboa fez saber, em Março de 1928, que se desinteressava pelo pretendido empréstimo, justificado antes como sendo necessário para o saneamento financeiro e para a regeneração económica do país, apesar de ter sido energeticamente contestado pela oposição à ditadura, através da Liga de Defesa republicana. Também a conferência económica, realizado sob os auspícios da SDN, a partir de 1927, orientara os seus trabalhos, com base nos princípios do livre cambismo, numa direcção que não satisfazia, segundo os analistas e intervenientes portugueses, as necessidades dos países mais fracos e não protegia os interesses da indústria nacional. Finalmente, os planos de unidade europeia, como a Pan-Europa, sugeriam uma eventual exploração em comum dos territórios coloniais, o que era inaceitável para Portugal.

Tudo contribuiu, pois, para um certo desencanto dos portugueses em relação à Europa e para a convicção crescente que o país só poderia salvar-se com os seus próprios recursos e com os que o seu império ultramarino lhe poderia proporcionar. Os egoísmos e quezílias persistentes das potências europeias, a agudização das tensões no final da década e ao longo dos anos trinta, a instalação da crise económica com contornos dramáticos, acentuaram mais ainda o descrédito de uma Europa a caminho do abismo. O distanciamento em relação à Europa, que a ditadura e o regime autoritário sucessor assumiram no âmbito da sua política externa, e a preocupação, ao mesmo tempo, do reforço dos laços de tradicional amizade com o Brasil, de aliança secular com a Inglaterra e de revalorização dos territórios coloniais inscrevem-se assim, na ordem interna, como resultado também de uma acumulação de desaires, de desencantos e de suspeições que vão ganhando forma na República e se consomem com a ruptura no Estado Novo.

É certo que em 1929-30, de Setembro a Setembro, — com a apresentação, na SDN, do plano Briand para uma «espécie de laço federal europeu», e, ulteriormente, com a sujeição do memorando francês à consideração dos governos europeus e com a realização subsequente do debate

sobre as respostas dos países na conferência europeia tutelada por aquela organização de Genebra —, se reacendeu o debate e se reanimou o interesse pela unidade da Europa, lá como aqui. Mas, agora, tarde de mais, num contexto de vertigem, a iniciativa era dos governos, não mais da sociedade civil. Foram aqueles que definiram as regras do jogo, que estabeleceram os limites do problema; e esta, numa atitude mais expectante do que interveniente activa no processo, seguia o curso dos acontecimentos, quase eufórica, a princípio, inexoravelmente desiludida, depois.

Mas esta é outra história... que contaremos num outro lugar.